

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**FEA - CURSO DE ECONOMIA**



**PUC-SP**

**O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL PÓS COVID-19 EM UMA ERA DO  
AVANÇO DAS CRIPTOMOEDAS**

**ORIENTANDO: DANIEL VITOR LIMA CARVALHO**

**ORIENTADOR: ROBERTO LEITE DA SILVA**

**SÃO PAULO**

**2023**

DANIEL VITOR LIMA CARVALHO

# **O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL PÓS COVID-19 EM UMA ERA DO AVANÇO DAS CRIPTOMOEDAS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação da Faculdade de Economia e Administração, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - FEA, como pré-requisito para a obtenção do título de graduação no curso de Ciências Econômicas, orientada pelo Professor César Roberto Leite da Silva.

SÃO PAULO – SP

2023

**O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.**

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Carvalho, Daniel Vitor Lima

*O Mercado de trabalho no Brasil pós covid-19 em uma era do avanço das criptomoedas / Daniel Vitor Lima Carvalho– São Paulo, 2023, 37p.*

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Orientador: César Roberto Leite da Silva

1. Plano econômico de Fernando Henrique Cardoso. 2. Economia brasileira durante o mandato de Luis Inacio da Silva 3. Relação das duas economias: de Fernando Henrique Cardoso e o mandato de Luis Inácio da Silva. 4. Economia pós criptomoeda e descentralização de ativos. 5. Teoria econômica e o mercado de trabalho daqui 5 anos. 6. Economia pós pandemia no brasil.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

## RESUMO

CARVALHO, Daniel Vitor Lima. *O mercado de trabalho no brasil pós covid-19 em uma era do avanço das criptomoedas*. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

A pandemia COVID-19 impôs inúmeros desafios às economias brasileiras provocando gastos e reorganização em sistemas de saúde. Nesse contexto o governo federal tem agido para tentar manter as empresas funcionando e gerando emprego e renda e ainda evitando demissões em massa. Ainda que essas tentativas de salvar a economia parecem ser insuficientes muitos investimentos tem sido promovidos pelo ministério da Economia para pequenas empresas deixando-as isentas de reembolsar empréstimos de bancos públicos, desde que pagassem seus impostos até 2025 sem atrasos. O objetivo do trabalho é através de revisão bibliográfica mostrar a previsão do embate dos próximos cinco anos desse cenário econômico no mercado de trabalho do Brasil com foco no cenário e teoria econômica de criptomoedas e o mercado de trabalho do Brasil. Será usado como metodologia de pesquisa a revisão de literatura com foco nas pesquisas experimentais e não experimentais dos últimos 5 anos e obter uma combinação de dados empíricos e teóricos e mostrar um panorama desse cenário pós pandemia. Concluimos que através de reformas estruturantes é possível uma retomada econômica pós covid-19, em que se faz necessária uma atuação política para ir além de medidas para minimizar os efeitos da pandemia, por consequência tendo um aumento favorável nos níveis econômicos brasileiros para os próximos anos.

**Palavras-chave:** Pandemia. Economia. Mercado de trabalho. Investimentos em empresas. Geração de emprego e renda. Criptomoeda.

### Abstract

CARVALHO, Daniel Vitor Lima. *O mercado de trabalho no brasil pós covid-19 em uma era do avanço das criptomoedas*. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

The COVID-19 pandemic has imposed some challenges to the Brazilian economy, resulting in increased costs and the reorganization of healthcare systems. In this context, the federal government has been taking some action trying to keep businesses working, the generation of employment and income, and avoid massing layoffs. Although these attempts to save the economy may seem insufficient, the Ministry of Economy has been promoting many investments for small businesses, exempting them from repaying loans from public banks as long as they pay their taxes on time until 2025. The main point of this work is to demonstrate, through a literature review, the forecast for the next five years of this economic scenario in the Brazilian labor market, focusing on the economic theory and cryptocurrency market. The research methodology will involve a literature review, with a focus on experimental and non-experimental studies conducted in the last 5 years, combining empirical and theoretical data to provide an overview of this post-pandemic scenario. We can have in conclusion that through structural reforms, the COVID-19 economic recovery is possible, and political action is necessary to go beyond measures aimed at minimizing the effects of the pandemic, consequently achieving a favorable increase in Brazilian economic levels in the next years.

**Keywords::** Pandemic. Economy. Job market. Investment in companies. Generate employment and income. Cryptocurrency.

## LISTA DE GRÁFICO E TABELA

**Gráfico 1** – PIB de 2019 a 2026.

**Gráfico 2** – Crescimento da demanda de petróleo 2011 a 2025.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
ABSTRACT .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
INTRODUÇÃO.....	8
1. PLANO ECONÔMICO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	10
2. ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE O MANDATO DE LUIS INÁCIO DA SILVA.....	15
3. RELAÇÃO DAS DUAS ECONOMIAS: DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O MANDATO DE LUIS INÁCIO DA SILVA.....	18
4. ECONOMIA PÓS CRIPTOMOEDA E DESCENTRALIZAÇÃO DE ATIVOS .....	22
5. TEORIA ECONÔMICA E O MERCADO DE TRABALHO DAQUI 5 ANOS.....	28
___ Gráfico 1: PIB de 2019 a 2026. ....	29
___ Gráfico 2: Crescimento da demanda de petróleo 2011 a 2025. ....	30
6. ECONOMIA PÓS PANDEMIA NO BRASIL .....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34
REFERÊNCIAS .....	35

## INTRODUÇÃO

Desde 2010 o Brasil tem tido papel de destaque junto à países do BRICS sigla para os países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa) que são economias emergentes com taxas aceleradas de crescimento econômico que ultrapassariam as economias desenvolvidas até 2050. O desempenho econômico desta década, no entanto, sugere que o Brasil não se enquadra nessa categoria (BACHA; BOLLE, 2013).

Uma recessão paralisante de dois anos em 2015 e 2016 viu a economia do país contrair-se em quase 7% com recuperação econômica lenta em 2017 e 2018, a economia cresceu a um ritmo modesto de 1,1% ao ano, más notícias ainda pairam sobre expectativas de crescimento econômico para 2019 e anos posteriores a um ritmo não muito diferente do observado nos últimos dois anos (CATARINO, 2019).

A introdução de várias distorções de mercado, a incerteza sobre a política e o compromisso do governo com os contratos levam a uma situação ainda mais volátil, já que a política fiscal foi relaxada e a política monetária demorou a reagir a uma inflação mais elevada ainda que muito distante dos níveis observados no século passado e mais ainda o crescimento econômico que tem decepcionado.

Esse cenário de deterioração macroeconômica acrescenta ao fracasso das agências governamentais maneiras de fornecer qualidade aceitável de público serviços, apesar da elevada carga tributária (CORDILHA, 2015).

O forte crescimento e o notável progresso social nas últimas duas décadas tornaram o Brasil uma das principais economias do mundo, apesar da profunda recessão da qual a economia agora está emergindo e segundo Barbosa; et al (2013) a estabilidade macroeconômica, as tendências demográficas favoráveis e as condições externas permitiram uma expansão do consumo privado e público, num contexto de sólido crescimento do emprego e dos salários.

Um mercado de trabalho aquecido, juntamente com a melhoria do acesso à educação e extensos programas de transferência, permitiu que milhões de brasileiros conseguissem empregos melhores e alcançassem melhores padrões de vida e nesse foco a reforma da previdência deve ter um impacto positivo na economia a médio prazo mas por outro lado, a reforma é projetada para reduzir o consumo *per capita*, uma vez que reduz as transferências de pensões vitalícias para famílias e ainda ao

aumentar a poupança privada e diminuir a trajetória da dívida pública, a reforma reduz o custo do capital e induz a maiores investimentos (SOUZA, et al, 2020).

A economia adicional também deve melhorar a conta corrente e saída de suporte adicional já que aumentando a idade de aposentadoria, aumentando o trabalho e a participação da força, fornece um impulso adicional para o produto potencial e no geral, presença de grandes mudanças, no curto prazo o efeito negativo sobre o consumo domina e a produção será menor em um cenário de reforma (PRATES; PAULA, 2017).

Os gastos em sistemas de saúde impostos pela pandemia COVID-19 está impondo inúmeros desafios às economias brasileiras e o governo federal tem agido para tentar manter as empresas à tona, evitando demissões em massa, agindo no fortalecimento das empresas com isenção de reembolsar empréstimos de bancos públicos, desde que pagassem seus impostos em 2025 sem atrasos (SOUZA, et al, 2020).

Com o tempo, os efeitos sobre o investimento, as exportações líquidas e a participação da força de trabalho tendem a dominar e a renda per capita, seria maior do que na linha de base em cerca de 1% em 2025 e 6% em 2050 (SOUZA, et al, 2020).

O objetivo deste trabalho é, através de revisão bibliográfica mostrar a previsão dos próximos cinco anos do cenário e teoria econômica, criptomoedas e o mercado de trabalho do Brasil e o tipo de pesquisa é uma revisão de literatura com foco em publicações no tema nos últimos 5 anos incluindo pesquisas experimentais e não experimentais, e obter uma combinação de dados empíricos e teóricos.

A pesquisa dividir-se-á em conhecimentos acerca do Plano de Governo de Fernando Henrique Cardoso e suas contribuições no foco da pesquisa, ou seja, no desenvolvimento da economia e melhoria do emprego e renda além de inovações.

No segundo capítulo far-se-á uma explanação sobre as contribuições do governo de Luiz Inácio Lula da Silva no mesmo foco, o terceiro capítulo trará uma comparação e relacionamento entre as duas abordagens econômicas dos presidentes já mencionados e o advento da criptomoeda.

No quarto capítulo como a economia se modelou após o evento da criptomoeda e como se deu a descentralização de ativos, no quinto capítulo o foco é a teoria econômica e o mercado de trabalho nos próximos 5 anos e finalmente no sexto capítulo abordaremos a Economia no pós pandemia.

## 1. PLANO ECONÔMICO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso foi presidente por dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002) e foi ministro da Fazenda de Itamar Franco no período de 19 de maio de 1993 a 30 de março de 1994.

Segundo Gentil (2015) nesse tempo realizou muitas mudanças econômicas e sociais radicais destinadas a controlar a economia em constante flutuação, Cardoso buscou consertar a terrível situação econômica do Brasil, acalmar seus críticos e desacreditar aqueles que fizeram a observação irônica de que o Brasil “é o país de amanhã - e sempre será”.

Em nenhum período da história econômica houve tanto sucesso em transformar o Brasil no país de amanhã com foco na redução da desigualdade social e um maior compromisso com a democracia mudando radicalmente o Brasil tornando-o a potência mundial emergente que é hoje (GENTIL, 2016).

Segundo ainda Carvalho (2023) Fernando Henrique Cardoso foi um dos fundadores do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e no primeiro ano do mandato do presidente Itamar Franco, Fernando Henrique assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em 1992, e no ano seguinte foi atribuída a ele a função de Ministro da Fazenda. Nesta pasta realizou uma reforma monetária na economia brasileira que vivia sucumbida pela inflação, o chamado Plano Real.

Em 1993 deixou o Ministério da Fazenda e lançou sua candidatura à presidência da República pelo PSDB, seu principal adversário foi Luiz Inácio Lula da Silva, que concorria à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Lula era o favorito à presidência. Fernando Henrique Cardoso ganhou as eleições e assumiu a pasta presidencial no ano de 1994. Seu principal objetivo durante o primeiro mandato foi o combate à inflação (CARVALHO, 2023).

Além de conter as tendências inflacionárias, Cardoso também empreendeu a privatização de grandes empresas estatais o que gerou alguns conflitos com poderosos políticos mineiros pois ele desnacionalizou as indústrias minerais, mas essa ação promoveu maior lucratividade com o desligamento do Estado.

Cardoso além de privatizar a indústria incentivou políticas que eliminaram as barreiras ao comércio como exemplo podemos destacar o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul), a união aduaneira entre o Brasil e outros países sul-americanos. Cardoso destacou que o sindicato não só aumenta o comércio entre os países, mas também garante a democracia na região por meio de sua “cláusula democrática”, que exige que os países se mantenham democráticos para continuarem como membros (GOBETTI, ORAIR, 2016).

Segundo o portal Câmara Hoje (2023) a criação do real foi realizada no governo de Itamar Franco em 1994 com o objetivo de resolver uma das maiores crises inflacionárias do mundo, devemos lembrar das maquininhas de remarcar, os preços chegavam a subir três mil por cento ao ano no Brasil.

O plano idealizado por Cardoso e Itamar conseguiu reduzir a inflação a níveis aceitáveis ainda que a estabilização não foi suficiente para fazer deslanchar o crescimento econômico, que continua sendo um problema da economia brasileira até hoje.

Gentil (2013) comenta que nesse governo Cardoso tentou sem sucesso acabar com a inflação herdada de governos militares e ao assumir a presidência após a queda de Fernando Collor e com Cardoso na Fazenda veio a missão de reorganizar a economia surgido num plano de ação econômica publicado no final de 1993. Na época, a inflação batia recordes, prejudicando principalmente os mais pobres.

Cardoso (2023) atesta que em 1994 com a inflação na casa dos 40% ao mês, ou três mil por cento ao ano e com os preços que subiam sem parar – gasolina, alimentos, prestações chegou o caos da hiperinflação.

Nesse cenário os economistas realizaram o truque dos economistas de criar em fevereiro uma espécie de dólar virtual, a URV, Unidade Real de Valor pois a rodaviva dos preços continuava corroendo o cruzeiro, mas não atingia a URV. Em julho, a URV perdeu as letras U e V, permanecendo o R, de real. A nova moeda nascia sem a doença da hiperinflação (GENTIL, 2013).

Segundo ainda o Jornal O Pharol (2022) nesse período tinha-se uma moeda forte pois um real valia o mesmo que o dólar e aos poucos sem congelamento de preços, chegaríamos a uma inflação de país desenvolvido: apenas 1,5 por cento em 1998. Mas os juros continuavam de terceiro mundo: o Banco Central jogou a taxa básica nas alturas, desestimulando o consumo e atraindo investidores para equilibrar as contas externas.

O portal Jus Brasil (1997) defende que a Inflação baixa e juro alto resultaram em pouco crescimento econômico, sustentado em boa parte pelas exportações. O Produto Interno Bruto, que mede a riqueza produzida no país, crescia quase seis por cento no lançamento do real. Quatro anos depois, em 1998, a economia brasileira praticamente parou de crescer. A estagnação coincidiu com as crises externas da Ásia e da Rússia, entre 97 e 98.

Ainda segundo o mesmo portal com a queda nas exportações e o fantasma da recessão, o governo desvalorizou fortemente o real no início de 1999. O dólar, que custava um real, passou a custar mais de dois reais, voltando depois para R\$ 1,75. O Banco Central adotou o câmbio flutuante e o sistema de metas para a inflação.

No primeiro mandato mas precisamente no de 1997, FHC (como ficou conhecido) deu continuidade ao processo de reformas estruturais com a finalidade de evitar a volta da inflação, procurando deixar a economia estável. Durante este mandato o presidente pautou pela privatização de várias estatais brasileiras, como a Companhia Vale do Rio Doce (empresa do setor de mineração e siderurgia), a Telebrás (empresa de telecomunicações) e o Banespa (banco pertencente ao governo do estado de São Paulo). A compra das empresas estatais ocorreu, sobretudo, por grupos estrangeiros, que faziam aquisição das ações ou compravam grande parte dessas, assim, tornavam-se sócios majoritários.

Ainda no ano de 1997, FHC conseguiu enviar e aprovar no Congresso Nacional a emenda da reeleição, tornando-se candidato outra vez à presidência da república e ainda tendo Lula como seu principal adversário. O Plano Real e o controle da inflação continuou sendo sua principal propaganda política, o que favoreceu a FHC mais uma vitória nas urnas, conseguindo a reeleição.

No ano de 1999, FHC assumiu o segundo mandato como presidente do Brasil, neste mandato não houve grandes investimentos nas reformas estruturais (privatizações). Ocorreram, sim, algumas reformas no setor da Educação, sendo aprovadas no ano de 1996 as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), e posteriormente foram criados os Parâmetros Curriculares para o Ensino Básico.

Ao final do seu segundo mandato (2002), somando oito (8) anos no poder, FHC conseguiu controlar a inflação brasileira, entretanto, durante o seu governo a distribuição de renda no Brasil continuou desigual, a renda dos 20% da população rica continuou cerca de 30 vezes maior que a dos 20% da população mais pobre.

Segundo ainda Junqueira (2015) Cardoso implementou várias medidas com foco na redução da desigualdade e na prestação de serviços sociais, como a expansão do ensino fundamental, organização de um sistema de televisão para treinar professores, educação dos pais em creches para diminuir a mortalidade infantil e implementação de programas para melhorar o saneamento, esgoto e água tratamento.

Muitos desses programas faziam parte do Comunidade Solidária, um programa organizado em grande parte por sua esposa Ruth Cardoso. Esse programa partia do princípio de que a sociedade civil deveria fazer propostas ao estado sobre os serviços que deveriam ser prestados e o estado ajudaria a financiar esses programas (JUNQUEIRA, 2015).

Segundo Lisboa e Pessoa (2013) a Comunidade Solidária, em vez de fornecer serviços diretamente por meio do governo em políticas que poderiam ser consideradas excessivamente nacionalistas ou socialistas, incentivou uma enorme proliferação de ONGs que viriam ao estado em busca de ajuda para financiar seus projetos.

Esses projetos abrangeram uma ampla variedade de questões de bem-estar social, incluindo cuidados de saúde, direitos reprodutivos e a prestação de serviços sociais em bairros pobres. Cardoso também pretendia redistribuir recursos em nível nacional para tornar a educação pública justa e reconheceu a necessidade de aumentar os salários dos professores para atrair candidatos de alta qualidade (LISBOA; PESSOA, 2013).

Cardoso entendeu a importância da construção de coalizões dentro do Congresso no Brasil. Sua eleição foi baseada na improvável coalizão de seu próprio Partido Socialdemocrata de esquerda moderada e dois partidos de direita, o Partido da Frente Liberal e o Partido Trabalhista Brasileiro (ORAIR; SIQUEIRA; GOBETTI, 2016).

Segundo Junqueira (2015) o governo Fernando Henrique registrou crescimento de 19,39% do PIB (média de 2,42%) e 6,99% da renda per capita (média de 0,87%). FHC assumiu com a inflação em 22,41% e entregou a 12,53%.

"No primeiro mandato, mas precisamente no de 1997, FHC (como ficou conhecido) deu continuidade ao processo de reformas estruturais com a finalidade de evitar a volta da inflação, procurando deixar a economia estável. Durante este mandato o presidente pautou pela privatização de várias estatais brasileiras, como a

Companhia Vale do Rio Doce (empresa do setor de mineração e siderurgia), a Telebrás (empresa de telecomunicações) e o Banespa (banco pertencente ao governo do estado de São Paulo). A compra das empresas estatais ocorreu, sobretudo, por grupos estrangeiros, que faziam aquisição das ações ou compravam grande parte dessas, assim, tornavam-se sócios majoritários.

Ainda no ano de 1997, FHC conseguiu enviar e aprovar no Congresso Nacional a emenda da reeleição, tornando-se candidato outra vez à presidência da república e ainda tendo Lula como seu principal adversário. O Plano Real e o controle da inflação continuou sendo sua principal propaganda política, o que favoreceu a FHC mais uma vitória nas urnas, conseguindo a reeleição.

No ano de 1999, FHC assumiu o segundo mandato como presidente do Brasil, neste mandato não houve grandes investimentos nas reformas estruturais (privatizações). Ocorreram, sim, algumas reformas no setor da Educação, sendo aprovadas no ano de 1996 as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), e posteriormente foram criados os Parâmetros Curriculares para o Ensino Básico.

Ao final do seu segundo mandato (2002), somando oito (8) anos no poder, FHC conseguiu controlar a inflação brasileira, entretanto, durante o seu governo a distribuição de renda no Brasil continuou desigual, a renda dos 20% da população rica continuou cerca de 30 vezes maior que a dos 20% da população mais pobre. O Brasil ficou em excessiva dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI). O governo FHC foi responsável pela efetiva inserção do Brasil na política Neoliberal.

FHC deixou a presidência no dia 1 de janeiro de 2003, e quem a assumiu foi Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora os efeitos de longo prazo das políticas de Cardoso não se tornem evidentes por alguns anos, já está claro que ele foi capaz de efetuar mudanças significativas no Brasil. Suas maiores reformas continuam sendo o Plano Real e suas iniciativas sociais de amplo alcance. Ele soube atuar com sucesso na sociedade brasileira e no processo político brasileiro. Cardoso deu grandes passos ajudando o Brasil a realizar seu potencial como um 'país de amanhã' e ajudou a transformar o país na potência mundial emergente que é hoje (PIKETTY, 2013).

## 2. ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE O MANDATO DE LUIS INÁCIO DA SILVA

Segundo Silva (2013) após assumir o cargo em janeiro de 2003, Lula buscou melhorar a economia, promulgar reformas sociais e acabar com a corrupção governamental.

No campo econômico, o governo de Lula, sobretudo em seu primeiro mandato, colocou em prática uma política econômica que trouxe resultados positivos para o Brasil em diferentes aspectos. O controle da inflação e a garantia da estabilidade do Real foram focos do governo Lula, pois o grande temor, principalmente do mercado financeiro, era de que o governo Lula não conseguiria controlar esses índices (SILVA, 2023).

Com relação a inflação Silva (2023) comenta que o governo Lula iniciou o mandato com uma inflação de 12,53%, herdada do governo de FHC e em 2006, a inflação havia alcançado 3,14%, e Lula encerrou seu governo com a inflação em alta, fechando em 5,90%. Outros índices econômicos do governo Lula também foram positivos, como o crescimento do PIB. Isso, em grande parte, aconteceu pelo crescimento econômico de países como a China, que se transformou na principal parceira econômica do Brasil.

Ainda segundo Fausto (2013) durante os anos do governo Lula, o PIB brasileiro teve um crescimento médio de 4% ao ano e esse cenário de crescimento econômico, conforme citado, ancorou-se, sobretudo, no crescimento das exportações de matérias-primas e commodities do Brasil para nações em vertiginoso crescimento, como a China, o crescimento da participação da China na economia brasileira, em dados de 2017 divulgados pelo governo, os três principais produtos de exportação do Brasil tiveram como principal comprador a China.

Segundo ainda o autor soja, responsável por 78,97% de todas as exportações do Brasil, minérios de ferro: foi responsável por 54,13% de todas as exportações do Brasil, Petróleo: foi responsável por 44,22% de todas as exportações do Brasil.

O fortalecimento da nossa economia durante esse período (2003-2007) foi o grande responsável pelo fato de os impactos da crise econômica de 2008 terem sido reduzidos no Brasil em comparação com o cenário internacional. Impactos na economia fizeram-se sentir no PIB, por exemplo.

Esses impactos não foram mais bruscos porque o governo tomou medidas que incentivaram o consumo interno.

Outras questões relacionadas diretamente à economia que tiveram resultados positivos durante o governo de Lula foram a criação de empregos e a melhoria da condição econômica de grande parte da população.

Segundo ainda Schwarcz e Starling (2015) nesse foco destaca-se a criação de cerca de 10 milhões de empregos [5] formais, além do crescimento da classe C, que esteve diretamente ligado com o crescimento do salário-mínimo no período em cerca de 60% (o dado leva em consideração o período 2000-2013) e com o aumento da disponibilização de crédito.

Em 2006, com a aproximação do final de seu primeiro mandato, a economia estava crescendo e a taxa de pobreza no Brasil havia caído significativamente. No entanto, muitos brasileiros achavam que Lula não tinha feito o suficiente para melhorar a qualidade da educação pública ou reduzir a criminalidade.

Além disso, a promessa de Lula de combater a corrupção no governo foi questionada em 2005, quando membros de seu partido foram acusados de suborno e financiamento ilegal de campanha (SILVA, 2013).

O presidente não foi implicado, mas o escândalo prejudicou sua popularidade. No primeiro turno da eleição presidencial de 2006, Lula não conseguiu obter votos suficientes para vencer de imediato. Mesmo assim, no segundo turno derrotou com facilidade seu adversário, Geraldo Alckmin do Partido da Social-Democracia Brasileira (BACHA; BOLLE, 2013).

Tanto a economia brasileira quanto a popularidade de Lula continuaram crescendo durante seu segundo mandato, e novas descobertas de petróleo na bacia de Santos eram uma grande promessa para o futuro do país, que parecia ainda mais brilhante quando o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Proibido constitucionalmente de concorrer ao terceiro mandato consecutivo, Lula escolheu a dedo seu chefe de gabinete (CARRASCO; MELLO, 2013).

Dilma Rousseff, como sua sucessora. Prometendo estender as políticas de Lula, Dilma Rousseff, que havia sido a pessoa responsável pelo histórico Programa de Aceleração do Crescimento do governo, avançou do primeiro turno para um segundo turno contra Serra, a quem derrotou de forma convincente para ser eleita a primeira mulher presidente do Brasil (CATARINO, 2019).

Recentemente o presidente Lula criticou o uso do dólar e defendeu uma moeda única entre os países do BRICS e como foco em inovar o bloco criar uma moeda própria entre os países pois defende que precisamos ter uma moeda que transforme

países em situação de riscos em países que configurou “ em situação mais tranquila” pois segundo o presidente o país precisa “correr” atrás de dólar para poder exportar enquanto que se criar sua própria moeda, exportar nela e ter o banco central monitorando (CNN, 2023).

Segundo ainda Oliveira (2023) na primeira semana de janeiro desse ano o ministro da fazenda recebeu o embaixador da Argentina para discutir vários assuntos e entre eles a moeda única e nesse encontro o embaixador defendeu que a adesão do câmbio tem objetivo de integrar o bloco e fortalecer o vínculo entre os países do MERCOSUL, segundo o ministro não significa que todos os países terão a mesma moeda, mas que terá uma unidade para integração e aumento de intercâmbio comercial no bloco regional.

A agência Câmara de notícias (2023) comenta que a eventual adoção de uma moeda digital oficial no Brasil exigirá a participação do Congresso Nacional em alterações nas normas que tratam do Banco Central, do sistema financeiro e do mercado de câmbio, analistas do Banco Central tem defendido consultas a representantes da sociedade sobre a criação de uma CBDC (Central Bank Digital Currency, na sigla em inglês). Nesse caso, o Real Digital seria uma nova forma de representação da moeda nacional emitida pela autoridade monetária do País.

Segundo a mesma agência o objetivo é estimular o uso de novas tecnologias, como a internet das coisas, e novos negócios e a criação deverá seguir a Lei Geral de Proteção de Dados e a normas do Brasil e exterior que tratam de combate a lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Além disso, medidas contra eventuais ataques cibernéticos serão necessárias.

### **3. RELAÇÃO DAS DUAS ECONOMIAS: DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O MANDATO DE LUIS INÁCIO DA SILVA**

Segundo Junqueira (2015) durante o segundo mandato de Lula, a política econômica lentamente mudou do caminho iniciado em Governo Fernando Henrique Cardoso e volta ao antigo Nacional Desenvolvimentismo.

Essa mudança ficou particularmente clara após a crise global de 2008. Velhos hábitos são difíceis de morrer e a reação do governo às crises, como em meados da década de 1970, tem aumentado a intervenção e a volta de antigos rentistas mecanismos (CORDILHA, 2015).

Distorções de mercado e mecanismos de transferência foram recentemente reintroduzidas, como incentivos fiscais e proteção a setores selecionados e grupos. As transferências monetárias proliferaram, pois, a democratização significou novos juros grupos elegíveis para políticas governamentais, muitos deles precipitados e sem diagnósticos claros ou monitoramento dos resultados.

De acordo com Lisboa; Pessoa (2013) as concessões de crédito de bancos estaduais aumentaram significativamente nos últimos seis anos a fim de financiar o setor privado investimento. Só o crédito do BNDES chega perto de 11% do PIB nesta década. Isto era o governo, uma parte maior da sociedade, a crença de que, restaurando antigos incentivos o país teria condições de superar o difícil cenário externo.

Seis anos depois, o resultado econômico frustrou vários analistas e governo oficiais. A produtividade total dos fatores e os preços das commodities foram os principais motores do crescimento econômico do governo Lula. Desde a crise externa de 2009, o crescimento da produtividade foi reduzido, bem como o crescimento econômico (SILVA, 2013).

A baixa qualidade dos serviços públicos está no centro do debate no Brasil hoje. A carga tributária é alta e a qualidade dos gastos é baixa. Este cenário é espelhado na baixa posição do Brasil no ranking global de governo eficácia, mesmo tendo em conta a relação despesas / PIB. A menor eficácia das políticas governamentais acaba por reforçar o padrão de busca de renda das políticas sociais, já que o governo busca atalhos para compensar o pobre (ORAIR; SIQUEIRA; GOBETTI, 2016).

A sociedade reagiu intensamente a essas ameaças ao que se tornou o status quando, surpreendendo analistas e políticos. Segundo Piketty (2013) agitação social,

refletida acima 700 protestos em mais de 300 cidades em junho de 2013, sugere que o governo precisa retomar as reformas pró-crescimento, paralisadas desde meados da década passada, e para melhorar a eficácia das políticas governamentais a fim de reconciliar demandas sociais por uma melhor qualidade dos serviços públicos e disciplina fiscal.

Sementes de uma crise de legitimidade se formando podem ser um reflexo do governo falha em compreender e atender às demandas da sociedade, em um cenário de sistema político que precisa de reformas para melhorar a representação social. De acordo com Junqueira (2015) a democracia e a busca de renda entraram em conflito inevitável.

A concessão generalizada de tratamentos especiais, incentivos fiscais, empréstimos subsidiados e distorções econômicas reduzem a eficiência e o crescimento econômico e irrita o público. Há um sentimento de frustração com as políticas públicas e os modestos recuperação econômica após alguns anos de baixo crescimento.

Um grande governo, com várias agências e mecanismos de intervenção, que medeia e regula as relações econômicas e sociais em uma extensão raramente observada em países desenvolvidos, parece ser uma característica distintiva do Brasil desenvolvimento econômico e político.

Propomos o termo busca de aluguel para resumir a interação da sociedade com agências governamentais em que as políticas devem fornecer privilégios e benefícios específicos, frequentemente por mecanismos incomuns quando comparados a outros países (ORAIR; SIQUEIRA; GOBETTI, 2016).

A experiência do Brasil sugere que a democracia pode ter contribuído para a construção de instituições mais sólidas, contrastantes com as realizadas durante a ditadura, embora o ritmo de ajustes pareça mais lento. Reformas em regimes democráticos podem ser mais difíceis de negociar, mas eles provaram que ser mais resiliente.

Demanda por intervenção pública, em época de baixa tolerância à inflação e disciplina fiscal, tem levado a um aumento da carga tributária, que atingiu a impressionante marca de 37% do PIB em 2012.

Além disso, as reformas foram parciais e diversas persistiram mecanismos de intervenção do governo, como estatal federal bancos, grandes proteções comerciais

e empréstimos subsidiados que são mais de 30% do crédito total do país (SILVA, 2013).

Com a retomada do crescimento econômico na última década, o ímpeto reformista desapareceu e a pressão política para a intervenção do governo foi restabelecida. As agências públicas receberam recursos e instrumentos adicionais para induzir desenvolvimento de setores específicos.

Progressivamente, o governo iniciou um grande plano de desenvolvimento, que vai desde a indústria naval até petróleo e gás, além de vários setores específicos (ORAIR; SIQUEIRA; GOBETTI, 2016).

Esse plano foi ampliado após a crise global de 2008. Tem havido uma nova onda de expansão de mecanismos antigos para ampliar a proteção e as transferências, principalmente para a indústria. Os empréstimos do BNDES têm aumentado significativamente, atingindo 11% do PIB.

Também aumentou sua minoria alocações de capital. Incentivos fiscais foram fornecidos a setores selecionados, juntamente com complexidade crescente do sistema tributário. Barreiras tarifárias e não tarifárias têm sido criado para proteger setores selecionados (SILVA, 2013).

Como resultado, o crescimento tem sido decepcionante, e a inflação aumentou. O comportamento econômico decepcionante e uma insatisfação generalizada com a concessão de privilégios do governo levaram à agitação social. Paradoxalmente, os movimentos políticos voltam a exigir benefícios específicos. Isto não é a natureza de uma intervenção governamental forte que parece estar em disputa, mas aqueles que deveriam ser os beneficiários. Vários novos grupos introduziram novas demandas cujos custos serão difundidos pela sociedade (ORAIR; SIQUEIRA; GOBETTI, 2016).

Acabar com a centralidade do rentíssimo no Brasil é fundamental para o aumento investimento e potencial de crescimento. Fornecimento local de privilégios específicos e benefícios introduziu distorções econômicas e reduziu o crescimento da produtividade. A transparência parece ser essencial para permitir que as instituições democráticas discutam e deliberar sobre as políticas governamentais e avaliar seus resultados (SILVA, 2013).

Nesta fase de nossa pesquisa, fornecemos algumas evidências que apoiam e exemplificam nosso principal argumento. Ainda há muito trabalho a ser feito, como coletar todas as evidências sobre os mecanismos de busca de renda, seus efeitos econômicos e distorções, e avaliar o papel desempenhado pelo processo político no

desenvolvimento e prestação de contas dos mecanismos de busca de renda. Sistematizar todos os mecanismos de transferência de impostos é um primeiro passo crucial para uma compreensão da estrutura de busca de aluguel, a fim de reavaliar o governo políticas. Isso é particularmente importante, levando em consideração a opacidade do Políticas governamentais (ORAIR; SIQUEIRA; GOBETTI, 2016).

Este esforço exigirá estimativa de valores não monetários políticas de transferência, como empréstimos de crédito subsidiados e proteções comerciais, incluindo não tarifários. Esta é uma tarefa grande, embora necessária. Esses dados podem fornecer subsídios para pesquisas sobre a evolução das políticas ao longo do tempo, mudanças em seu foco conforme a democracia evoluiu, seus resultados em termos de crescimento e igualdade e lições a serem aprendidas (SILVA, 2013).

Várias perguntas sobre a análise de custo-benefício permanecem sem resposta considerando que devem fazer parte das deliberações democráticas. Custos sociais e os benefícios das políticas públicas devem ser transparentes e questionáveis. O mesmo deve ser dito sobre distorções causadas por políticas públicas que prejudicam produtividade e crescimento econômico.

O confronto de resultados e expectativas é a melhor saída para as reformas e evolução econômica. Isso é particularmente relevante para o Brasil neste momento, quando restrições fiscais e crescentes demandas sociais precisam ser atendidas, exigindo reavaliação de políticas e prioridades, de acordo com as escolhas democráticas (ORAIR; SIQUEIRA; GOBETTI, 2016).

#### 4. ECONOMIA PÓS CRIPTOMOEDA E DESCENTRALIZAÇÃO DE ATIVOS

Quando a criptomoeda foi criada, todas as transações confirmadas são armazenadas em um livro-razão público. Todas as identidades dos proprietários de moedas são criptografadas para garantir a legitimidade da manutenção de registros. Como a moeda é descentralizada, a possui. Nem o governo nem o banco têm qualquer controle sobre ele (ALMEIDA, 2016).

O livro-razão garante que todas as transações entre “carteiras digitais” possam calcular um saldo preciso. Todas as transações são verificadas para garantir que as moedas usadas são propriedade do gastador atual. Esse livro-razão público também é conhecido como “blockchain de transação”. A tecnologia Blockchain garante transações digitais seguras por meio de criptografia e “contratos inteligentes” que tornam a entidade virtualmente inalterável e sem fraude. Com segurança como essa, a tecnologia blockchain está pronta para impactar quase todos os segmentos de nossas vidas (ANDERSON, 2017).

Bitcoin foi a primeira criptomoeda descentralizada introduzida em 2009. Bitcoin usa a tecnologia blockchain e superou o ouro, gerando um ganho de 155% anualizado sobre a perda anualizada de 6% do ouro nos últimos 5 anos. Seu preço em julho de 2010 de 0,06 / moeda USD agora vale mais de 4000,00 / moeda USD hoje, tornando-se um dos maiores fenômenos de investimento na história moderna. Desde 2009, a tecnologia de blockchain ganhou impulso. Não apenas por causa do tremendo aumento no valor do Bitcoin, mas também por causa de uma maior consciência de sua importância e maior confiança entre os investidores (ANTOMOPOULOS, 2014).

Recentemente, grandes instituições bancárias e empresas de tecnologia como Intel, Barclays ou Walmart investiram seu tempo e dinheiro na promessa de criptomoedas como Bitcoin e Ethereum. Isso levou os países com moedas em enfraquecimento a adotar a moeda digital para substituir as notas tradicionais que se desvalorizaram. Alguns desses primeiros países adotantes incluem Brasil, Colômbia, Turquia e Venezuela (CHICAN, 2017).

Os países ricos também estão explorando a adoção da criptomoeda como moeda de curso legal. De acordo com um relatório da Bloomberg, os bancos centrais do Japão, União Europeia e Holanda estão atualmente conduzindo projetos de pesquisa e testes em moedas digitais (DEVRIES, 2016).

A Constituição brasileira dispõe a União como responsável pela emissão de moeda, o que é feito pelo Banco Central. Além disso, as leis apontam o Real como moeda nacional, com curso legal. Isso significa que apenas o Real possui o poder de descarga da moeda; tal poder confere ao seu titular a isenção de dívidas. Não obstante, haja quem pretenda classificar o Bitcoin como dinheiro eletrônico (recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permite ao usuário final realizar transações de pagamento), informa o Boletim nº 25.306 / 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que as moedas eletrônicas devem fazer pagamentos em moeda nacional. Não é assim que o Bitcoin funciona (GIUNGATO, 2017).

No que se refere à regulação bancária de moedas virtuais, há o já citado Boletim Oficial do BACEN, cujo conteúdo curto e direto esclarece que o número de transações de “moeda virtual” no Brasil ainda é escasso. E, portanto, sua utilização ainda não oferece riscos ao Sistema Financeiro Nacional, principalmente se considerado o volume de compras no varejo. O mesmo Boletim, no entanto, é preciso no seu diagnóstico quando se mostra ciente do carácter inerentemente privado deste novo tipo de bem / serviço. Na audiência pública sobre o anteprojeto de lei nº 2303/2015, realizada na Câmara dos Deputados em 31 de agosto de 2017, o BACEN posicionou-se expressamente contra a regulamentação das criptomoedas (GUPTA, 2017).

A Receita Federal, por sua vez, no manual de perguntas e respostas sobre a Declaração Fiscal 2017, divulgado anualmente, tratou diretamente o tema em seu tópico “447: Deve-se declarar a moeda virtual (como Bitcoins, por exemplo), embora não sejam consideradas como dinheiro, nos termos do atual marco regulatório, devem ser declaradas no formulário “Ativos e Royalties” como 'outros ativos', uma vez que podem ser comparáveis a um ativo financeiro (MEYRELLES FILHO, ARTHMAR, 2011).

O manual também esclareceu o seguinte quanto à Alienação de Moedas Virtuais, no tópico 607: A receita obtida com a destinação de moeda 'virtual' é tributável, as receitas auferidas com a alienação de moeda virtual (Bitcoins, por exemplo), cujo total alienado em um mês é superior a R\$ 35.000,00 são tributáveis a título de ganho de capital, à alíquota de 15%. A cobrança do imposto sobre o faturamento deve ser feita até o último dia do mês subsequente ao da transação. As operações devem ser comprovadas com documentação adequada e confiável (NOGAMI; PASSOS, 2016).

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”) (órgão governamental líder no combate à lavagem de dinheiro no Brasil) se posicionou a favor da regulamentação do dinheiro digital, como o Bitcoin. Isso aconteceu na terceira audiência pública sobre o projeto de lei Nº 2303/2015, que ocorreu na Câmara dos Deputados em 17 de setembro de 2017 (GUPTA, 2017).

De acordo com a proposta inicial do Projeto de Lei nº 2303/2015, o dinheiro digital seria incluído na definição das modalidades de pagamento sob a responsabilidade regulatória do Banco Central, e fiscalização pelo COAF. Uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados do Brasil está discutindo atualmente a regulamentação sobre criptomoedas (NOGAMI; PASSOS, 2016).

O Projeto de Lei Nº 2.303 / 2015, de autoria do Deputado Federal Sr. Aureo Ribeiro, pretende incluir tanto as moedas virtuais quanto os programas de milhagem na definição das modalidades de pagamento, sob a supervisão do BACEN, com a explicação de que a regulamentação prudencial é necessária devido aos riscos de alternativa monetária ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro. Desde 2015, já foram realizadas audiências públicas para debater esse Projeto de Lei (NOGAMI; PASSOS, 2016).

Também é importante mencionar a audiência realizada em 30 de agosto de 2017, que contou com a presença do Conselheiro do Departamento de Regulamentação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil. Em 13 de setembro de 2017, ocorreu mais uma importante audiência pública, com a presença do Diretor de Inteligência Financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”), do representante da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e do representante da corretora de criptomoedas CoinBr (GUPTA, 2017).

Ao longo dos debates, o poder público brasileiro referiu-se principalmente ao uso do protocolo das criptomoedas, em particular, do Bitcoin, como sistema de pagamento, para transferência de valores, ou para investimento real. Eles se concentraram em três pontos de atenção decorrentes desta tecnologia:

a) Risco sistêmico: eventual falha do software, que pode afetar negativamente a confiança, o que é mitigado por ser um software livre e aberto, que está continuamente sendo auditado e aprimorado;

b) Risco de mercado: para quem utiliza a bitcoin, como meio de transferência de valor ou investimento, não há garantia sobre o valor da bitcoin uma vez que é livremente definido no mercado

c) Risco de usabilidade: há muitos boatos a respeito de usuários que perderam suas bitcoins por não realizarem um backup das senhas ou por simplesmente esquecê-las (ALMEIDA, 2016).

É importante lembrar que o Brasil é membro do G20 que em sua última reunião realizada na Argentina, foi adiantado o prazo firme de julho para recomendações sobre como regular as criptomoedas globalmente. Algumas conclusões podem ser tiradas do comunicado do G20:

- 1) Os rumores de uma repressão às criptomoedas estão fora de cogitação;
- 2) Os líderes econômicos mundiais aparentemente preferem chamar as criptomoedas de “cripto-ativos”, o que implica que eles vêem as criptas como ativos e não moedas;
- 3) O comunicado do G20 reconhece notavelmente a “inovação tecnológica” subjacente às criptomoedas, com potencial para “melhorar a eficiência e inclusão do sistema financeiro e da economia de forma mais ampla”;
- 4) Os membros do G20 pretendem discutir questões sobre o impacto das criptomoedas quando se trata de proteção ao consumidor e investidor, evasão fiscal, integridade do mercado, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, ecoando preocupações que reguladores em todo o mundo expressaram no passado (GUPTA, 2017).

É fato que, antes de qualquer elaboração legal, é necessário o domínio da essência e os impactos das criptomoedas na Era da Informação. Com o advento da Economia da Web, embora o comércio online e os correspondentes pagamentos eletrônicos tenham sido liquidados quase exclusivamente com a intermediação de instituições financeiras, também surgiu a demanda por “dinheiro digital”. Não exatamente aquele que sai do cartão de crédito direto para a loja online, mas aquele que traz segurança e agilidade à transação na internet (ALMEIDA, 2016).

Ao discutir o Projeto de Lei 2.303/2015, portanto, deve-se ter em mente a ideia por trás da primeira criptomoeda, Bitcoin (ou, "moeda da web", ou "moeda da Internet", como alguns preferem), e a tecnologia Blockchain (sua arquitetura descentralizada em uma rede ponto a ponto) (GIUNGATO, 2017).

As criptomoedas e a tecnologia blockchain como sistema vão muito além de um simples meio de pagamento. Isso porque vieram resolver algo muito mais proeminente, os problemas com o atual método centralizado de repasse e de intermediação financeira (custos de intermediação, privacidade, segurança, gasto

duplo, entre outros) e os obstáculos relacionados a todo modelo baseado na confiança (ALMEIDA, 2016).

A dimensão das mudanças trazidas pelas criptomoedas e sua tecnologia ainda está longe de ser totalmente desvendada. A gama de usos possíveis aumenta a cada dia. Como exemplo, podemos citar o governo da Suíça que está migrando parte dos registros imobiliários para a Blockchain. NASDAQ, a bolsa de valores americana para empresas de tecnologia, está usando blockchain para negociação e registro de ativos como ações (GUPTA, 2017).

O governo japonês está procurando integrar o blockchain ao seu sistema de licitação online. O Banco Central do Brasil divulgou recentemente um documento de pesquisa que detalha possíveis casos de uso de blockchain e ledgers distribuídos, ao mesmo tempo em que descreve como diversas plataformas disponíveis podem ser utilizadas para testar a tecnologia. Por isso é imprudente uma proposta legal que pretende regular o mercado de criptomoedas com as mesmas medidas (e peso) aplicadas ao mercado de cartões de crédito (ALMEIDA, 2016).

Em setembro, o governo chinês, o Banco Popular da China (PBoC) e os reguladores financeiros locais impuseram uma proibição nacional de troca de moedas criptográficas. Essa postura intolerante, porém, não surtiu o efeito esperado pelas autoridades chinesas (GIUNGATO, 2017).

O mercado de câmbio global de criptomoedas se reestruturou, enquanto a maioria dos volumes negociados na China mudou para mercados vizinhos, como Japão e Coreia do Sul, que fornecem um ecossistema eficiente e bem regulado para os comerciantes chineses. Sem falar no aumento dos volumes de negociação dos mercados de balcão (OTC) e das plataformas de negociação ponto a ponto (P2P). Agora, os comerciantes chineses negociam criptomoedas e trocam o Yuan chinês sem o controle e o envolvimento das autoridades chinesas (GIUNGATO, 2017).

Como podemos extrair desse caso chinês, a elaboração de uma nova regulamentação de tecnologias ainda em construção, aplicando-lhes marcos jurídicos inadequados, mostrou-se de fato ineficaz. Questões relacionadas à aplicação dos marcos legais existentes, sem dúvida, terão que ser revistas no futuro para quem sabe, substituir o atual. A legislação atual, porém, já engloba muitas situações impactadas pelas novas tecnologias e parecem ser suficientes, por enquanto, para regulamentar novos assuntos surgidos com as criptomoedas (ALMEIDA, 2016).

Estamos diante de um mercado muito novo e em constante transformação. Portanto, o melhor a fazer no momento é observar, investir em pesquisas e, ao fazê-lo, aplicar as normas judiciais existentes, como bem observou o representante do Banco Central do Brasil na segunda Audiência Pública sobre o Projeto Nº 2303/2015 (GUPTA, 2017).

## 5. TEORIA ECONÔMICA E O MERCADO DE TRABALHO DAQUI 5 ANOS

A atual recuperação econômica do Brasil é lenta. Embora a flexibilização monetária e as principais reformas fiscais tenham trazido de volta alguma confiança na economia, qualquer forte aumento no crescimento econômico provavelmente dependerá de mais reformas e reparos fiscais. Ainda assim, o caminho para mais reformas - especialmente aquelas destinadas a aliviar o sistema tributário do Brasil e liberalizar o mercado interno para o comércio exterior e investimentos - não será fácil (BIANCARELI, 2015). A economia do Brasil cresceu 0,6 por cento trimestre a trimestre no terceiro trimestre de 2019, um pouco acima do aumento de 0,5 por cento no trimestre anterior. Em comparação com o ano anterior, a economia cresceu 1,2% no terceiro trimestre (BRASIL, 2017).

Apesar do ligeiro aumento no crescimento, a economia permanece frágil - o PIB real no terceiro trimestre de 2019 ainda é cerca de 3,6 por cento menor do que seu pico no primeiro trimestre de 2014. E a recuperação atual é muito mais lenta do que as anteriores. Nos 11 trimestres desde a última recessão, o PIB real cresceu apenas 4,9 por cento, muito abaixo do crescimento em um período semelhante nas duas recuperações anteriores (SOUZA, et al, 2020).

Com as eleições locais marcadas para novembro de 2020, o apetite para tomar medidas aparentemente duras pode diminuir lentamente com o passar dos dias. Sem essas medidas ousadas, no entanto, o potencial da economia provavelmente permanecerá moderado. E com isso, qualquer esperança de que o Brasil passe de uma expansão econômica morna para uma trajetória de crescimento mais elevado provavelmente se esvairá (SOUZA, et al, 2020).

As projeções assumiram um crescimento real do PIB de 0,8% em 2019, 2,4% este ano e em 2021, e um retorno ao crescimento potencial de 2,2 % a partir de 2022 em diante. O saldo primário deverá entrar em território positivo em 2023 (0,4% do PIB), com um acumulado ajuste de cerca de 3 pontos percentuais do PIB durante 2019-2024 (SOUZA, et al, 2020).

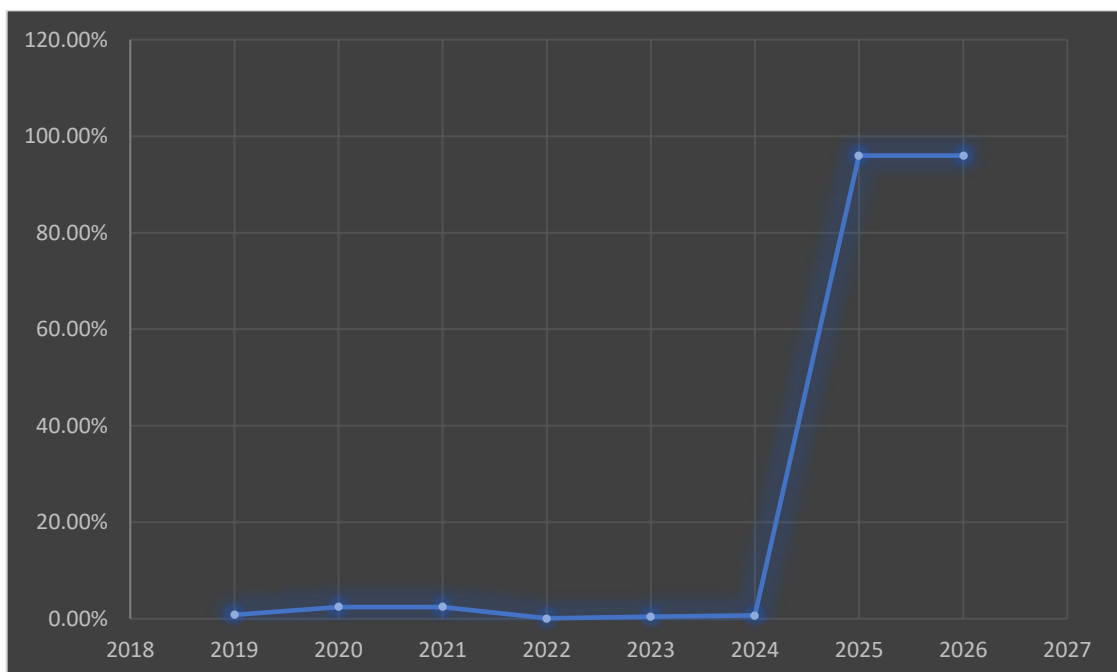
Taxas de juros nominais em novos empréstimos estão entre 6,5 e 10% ao longo do horizonte de projeção, trazendo a taxa de juros efetiva para cerca de 9% em média.

No cenário de linha de base, que pressupõe conformidade com o teto de despesas, a dívida bruta permanece em uma trajetória ascendente atingindo 96% do

PIB em 2027, Já o teto de despesas permanece em lugar até 2026, e o principal equilíbrio segue o mesmo caminho de consolidação, dívida é projetada para começar a cair em 2025 (SOUZA, et al, 2020).

O momento do pico da dívida é sensível a suposições sobre o interesse real taxa e crescimento ao longo da projeção horizonte. A dívida primária estabilizando saldo (excluindo receita de juros) no cenário de linha de base é 1% do PIB, como mostra o gráfico abaixo (SOUZA, et al, 2020).

**Gráfico 1:** PIB de 2019 a 2026.



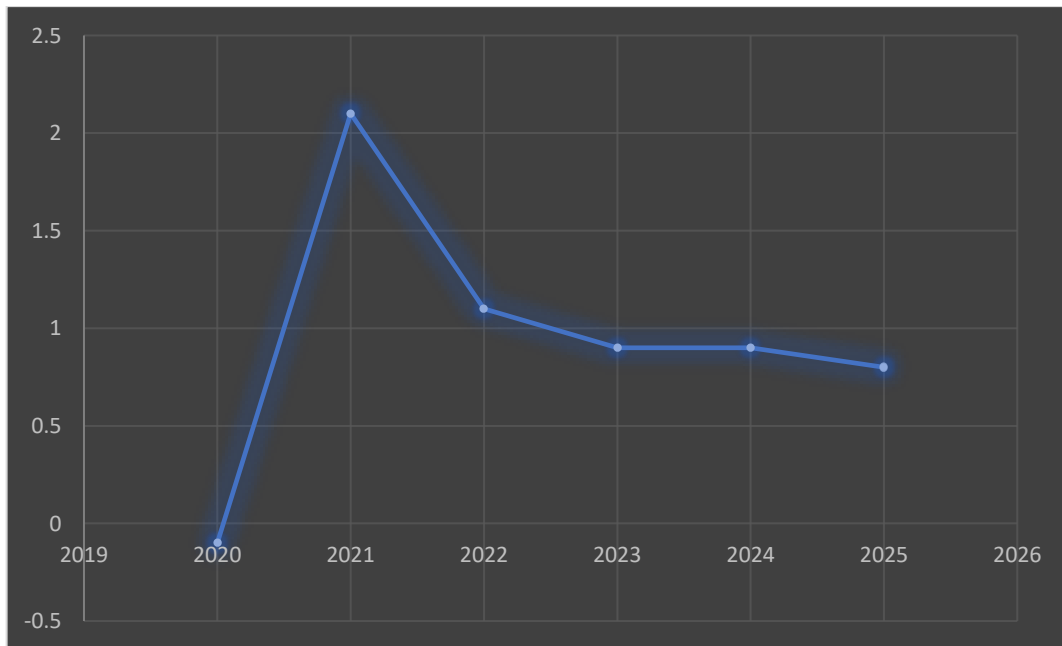
Fonte: Souza, et al (2020).

No cenário de linha de base, que assume cumprimento do teto constitucional de gastos, a dívida pública, que atualmente é de 88% da PIB, atingirá o pico em 2024 em 96% do PIB e começará a diminuir em 2025. As necessidades brutas de financiamento são acima de 15% do PIB ao longo do período de projeção (SOUZA, et al, 2020).

Já na demanda de petróleo crescerá 5,7 mb/d no período de 2019-25 a uma taxa média anual de 950 kb/d. Esta é uma redução acentuada no ritmo anual de 1,5 mb/d visto no período de 10 anos anterior.

Após um início difícil em 2020 (-90 kb/d) devido ao coronavírus, o crescimento volta para 2,1 mb/d em 2021 e desacelera para 800 kb/d em 2025, à medida que o crescimento da demanda por combustíveis para transporte estagna, como mostra o gráfico abaixo (SOUZA, et al, 2020).

**Gráfico 2:** Crescimento da demanda de petróleo 2011 a 2025.



**Fonte:** Souza, et al (2020).

O crescimento da demanda de petróleo diminuiu porque a demanda por diesel e gasolina se aproxima de um platô, conforme novos padrões de eficiência são aplicados aos veículos com motor de combustão interna e veículos elétricos chegando ao mercado (CEMEC, 2016).

As matérias-primas petroquímicas GLP / etano e nafta impulsionarão cerca de metade do crescimento da demanda de todos os derivados de petróleo, ajudado pelo aumento contínuo da demanda por plásticos e líquidos baratos de gás natural.

## 6. ECONOMIA PÓS PANDEMIA NO BRASIL

A pandemia COVID-19 está impondo inúmeros desafios às economias brasileiras. Todos os estados estão gastando quantias enormes em seus sistemas de saúde. Enquanto isso, o governo federal tem agido para tentar manter as empresas à tona, evitando demissões em massa. Como estas tentativas de salvar a economia parecem ser insuficientes, o ministro da Economia está considerando dar dinheiro a pequenas empresas - que estariam isentas de reembolsar empréstimos de bancos públicos, desde que pagassem seus impostos em 2025 sem atrasos (SOUZA, et al, 2020).

À medida que a pandemia se desenvolve, o Brasil está pagando um enorme custo humano, com o número de vítimas aumentando rapidamente. Segundo Souza, et al (2020) a cicatriz da COVID-19 demorará muito a cicatrizar. E o país também terá que batalhar no lado econômico, onde o impacto será profundo e duradouro.

A começar por um salto no já elevado nível de endividamento em relação ao PIB, vindo dos dois lados da equação: os gastos dispararam e se espera uma queda acentuada do produto interno bruto para este ano. A trajetória da economia do país na próxima década, é claro, será menor do que o esperado antes da COVID-19 (SOUZA, et al, 2020).

As projeções atuais ilustram a próxima encruzilhada fiscal do Brasil: o país pode escolher entre a estagnação e a insolvência ou um ajuste fiscal gradual com melhores perspectivas de crescimento. Segundo Souza, et al (2020) e se algum crescimento será sustentável dependerá da capacidade do Brasil de avançar com reformas estruturais que possam elevar os investimentos privados. Recuperar a atratividade do país para investimentos estrangeiros terá um papel fundamental em sua recuperação.

Para que isso aconteça, porém, a agenda de reformas estruturais - tributária, de ambiente de negócios, de marco regulatório do setor - deve voltar ao primeiro plano, uma vez que o foco atual nas políticas de redução da recessão pode ser deixado para trás. As reformas estruturais que visam impulsionar os investimentos privados irão melhorar o rácio dívida / PIB (SOUZA, et al, 2020).

À medida que o número de casos de COVID-19 começou a aumentar no Brasil, o governo agiu rapidamente na tentativa de proteger sua economia do impacto potencial do vírus. Em 19 de março, o governo anunciou que destinaria R \$ 169,6 bilhões (US \$ 33,8 bilhões) ao financiamento emergencial, com provisões para

combater a pandemia, atender a população mais vulnerável e manter estável o nível de emprego.

O financiamento de emergência continuou a aumentar à medida que a pandemia evolui no Brasil. O Ministro da Economia do Brasil sugeriu que, até 31 de março, um total de R \$ 750 bilhões (US \$ 148,1 bilhões) foi alocado para garantir a saúde e a segurança no emprego dos brasileiros, destacando que esses recursos continuariam a aumentar nos próximos dias e semanas.

Como em qualquer parte do mundo, a pandemia de COVID-19 vai remodelar a economia brasileira. Os negócios de fusão e aquisição (M&A) provavelmente se tornarão parte integrante do "novo normal".

Nas grandes ligas, essas operações exigirão uma abordagem mais abrangente da Fiscal Brasileiro de Defesa da Concorrência , Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

As empresas de pequeno e médio porte, no entanto, enfrentarão uma situação de sobrevivência do mais apto. As empresas terão que recorrer aos tribunais para evitar a liquidação - um destino que pode atingir uma estimativa 2.500 empresas - ou mesmo declarar falência (SOUZA, et al, 2020).

A produção industrial caiu 9,1% em março, enquanto o índice da Confederação Nacional da Indústria que mede a confiança do empresário caiu 25,8 pontos entre março e abril. Antes, a queda mais significativa registrada foi de 5,8 pontos em junho de 2018, após o Greve dos caminhoneiros de 2018 (SOUZA, et al, 2020).

Um estudo com 245 empresas brasileiras de capital aberto mostrou que metade delas poderia sobreviver por três meses sem fluxo de caixa constante, enquanto a outra metade poderia sobreviver mais. Mas as pequenas e médias empresas (PMEs), que representam nada menos que 99 por cento de todas as empresas brasileiras, empregar 52 por cento da força de trabalho formal e gerar 25% do PIB brasileiro, só pode resistir a uma desaceleração dos negócios por cerca de 27 dias, em média (FERRARI-FILHO, PAULA, 2017).

O setor agrícola é outro que pode ser bem visto pelo mercado, pois apresentou níveis de crescimento durante a pandemia e a demanda por alimentos continua forte. Mas a economia global está enfrentando uma crise massiva, levando os países a concentrar seus investimentos localmente. A economia dos EUA, por exemplo, caiu 4,8% no primeiro trimestre de 2020 - seu pior resultado desde 2008. E o segundo

trimestre deve ser ainda mais brutal, com o Morgan Stanley prevendo uma queda anual de 38% no PIB em julho (SOUZA, et al, 2020).

O horizonte plurianual típico das decisões de investimento em infraestrutura, ou seja, ir além das atuais péssimas perspectivas econômicas de curto prazo, significa que a participação do setor privado nelas é necessária para contornar a falta de espaço fiscal que será a realidade do Brasil na década à frente (PAULA; MODENESI; PIRES, 2015).

Maiores investimentos em infraestrutura e outros projetos de longo prazo trariam melhorias tanto do lado da demanda quanto da produtividade. Quanto mais cedo o marco regulatório para investimentos do setor privado em saneamento - onde as mudanças foram aprovadas recentemente no congresso brasileiro - estradas, etc. for ajustado, mais decisões de investimento serão tomadas (CEMEC, 2016).

As últimas projeções do Instituto Fiscal Independente do Senado (IFI) apontam que o PIB brasileiro cairá 6,5% neste ano e recuperará apenas parcialmente no ano que vem, com uma taxa de crescimento de 2,5%. Dependendo da duração da pandemia ainda em curso e de seu impacto na economia, bem como da eficácia das políticas até agora implementadas para nivelar a curva de recessão, também poderíamos antecipar um caminho otimista e um pessimista: no melhor no cenário caso, uma contração de 5,3% em 2020 seria seguida por um crescimento de 4,3% em 2021. No pior cenário, o PIB encolheria 10,2% neste ano e 0,3% no próximo (SOUZA, et al, 2020).

O relatório do IFI projeta a taxa potencial de crescimento anual do PIB em 2,3% no período de 2022 a 2030, com taxas de juros reais básicas presumidas convergindo para 3,3% ao ano. Esses números são elevados ou rebaixados nos dois outros cenários, o mais otimista e o pessimista, dependendo de quão favorável - ou desfavoravelmente o prêmio de risco-país afetará as taxas de câmbio, a inflação e as taxas de juros reais (SOUZA, et al, 2020).

## CONCLUSÃO

As projeções de mercado, em boletins periódicos do Banco Central do Brasil, são menos pessimistas do que algumas divulgadas por agentes internacionais.

No início deste mês, o Fundo Monetário Internacional projetava uma redução da atividade econômica brasileira em 9,1 por cento neste ano, enquanto o Banco Mundial projeta uma retração de 8 por cento. O Banco Central do Brasil, porém, vê neste ano uma retração de 6,4% na economia.

Segundo El Khatib (2023) Lula tem dois desafios principais na economia que está paralisada e a indústria afetada por efeitos adversos dos últimos anos e além de gerir a política econômica devido a decisões fiscais erradas estamos com inflação elevada e apesar de estáveis as taxas de desemprego continuam bem altas em um ano mais curto, de eleições no âmbito federal e estadual. Se observamos os últimos dois anos, percebemos que conseguiremos recuperar o que perdemos em 2023, mas isso não é o bastante, pois não estamos crescendo.

O analista defende que existem alguns (dos muitos) fatores que trouxeram o Brasil para a atual situação de deterioração econômica, um deles é a piora das contas públicas que é consequência da mudança na regra do teto de gastos, que provocou uma piora da percepção de risco para os investidores (nacionais e estrangeiros) e o presidente eleito precisa restabelecer um quadro macroeconômico estável pois esse é o principal pilar do crescimento e a condição essencial para avanço dos temas estruturais pois a fragilidade da economia reduz o espaço para negociação política (EL KHATIB, 2023).

O ano de 2022 foi de transição e até os governantes encontrarem o caminho a seguir e ainda temos reformas estruturantes que não saíram do papel dessa forma estamos em stand by ou “pausados” nesse “filme” chamado economia brasileira, aguardando para dar o “play” e continuarmos a vida.

De qualquer forma, a expressiva retração da atividade econômica atinge o país em um ano em que se esperava uma retomada mais robusta da economia já que no início de 2020, quando a nova pandemia de Corona vírus estava concentrada na China e não estava claro quando e como ela poderia chegar ao Brasil, os especialistas estimavam um crescimento econômico anual em torno de 2,3%.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Pedro Bueno de. **O futuro da competição monetária: o comportamento da moeda Bitcoin e o seu impacto sobre políticas de bancos centrais**. 2016. 153 f. Monografia (Especialização em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.
- ANDERSON, Andreas **Cryptocurrencies**, Wisconsin.Pubish Drive. 2017,
- ANTONOPOULOS, M. Andreas. **Mastering Bitcoin**. 1º Edição. Sebastopol: O'Reilly Media, Inc. 2014.
- BACHA, E. & M. B. BOLLE (2013): **O Futuro da Indústria no Brasil; Civilização Brasileira**. Editora: Rio de Janeiro. 2013. 418 p. il., gráficos, tabelas.ISBN: 9788520011652.
- BARBOSA FILHO, N.; SILVA, J. A.; GOTO, F.; SILVA, B. **Crescimento econômico, acumulação de capital e taxa de câmbio**. In: HOLLAND, M.; NAKANO, Y. (Org.) Taxa de câmbio no Brasil: estudos de uma perspectiva do desenvolvimento econômico. São Paulo: Elsevier, 2013.
- BIANCARELI, A. M. **Riscos na travessia? O financiamento externo e os desafios futuros da economia brasileira**. In: CARNEIRO, R. M. & MATIJASCIC, M. Desafios para o desenvolvimento brasileiro. Brasília: IPEA, p. 87-102, 2015.
- BRASIL (2017). **Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento**. – Brasília: Ipea: Assecor, 2017. 320P.
- CARRASCO, V. & J. M. P. MELLO (2013): “**Um Conflito Distributivo Esquecido**”; in Bacha & Bolle (2013).
- CARVALHO, Leandro. Governo Fernando Henrique Cardoso. Brasil Escola. Disponível em [brasilescuela.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm](http://brasilescuela.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm). Acesso em 11 maio 2023.
- CATARINO, João Ricardo. **Para uma Teoria Política do Tributo. 2. ed. rev., ampl. e actual. Lisboa: Ciência e Técnica Fiscal**, Centro de Estudos Fiscais, Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2019.
- CEMEC. **Endividamento das empresas brasileiras: metade das empresas não gera caixa para cobrir despesas financeiras em 2015/2016**. Nota CEMEC 06/2016, agosto de 2016.
- CHOHAN, U. W. Bitcoins and bank runs: **Analysis of market imperfections and investor hysterics**. Sidney: University of South Wales, 2017. 6p.
- CORDILHA, A. C. **Desoneração da Folha de Pagamentos: Impactos na Competitividade e Política Social**. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento), Instituto de Economia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013, p. 529.
- FERRARI-FILHO, F.; PAULA, L. F. **Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano- -estruturalista**. Nova Economia, v.27, n.1 (no prelo), 2017.
- FOBE, N. J. **O Bitcoin como moeda paralela – Uma visão econômica e a multiplicidade de desdobramentos jurídicos**. 2016. 122p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.
- GENTIL, D. L. **A Contrarreforma da Previdência Social do Governo Dilma**. In: AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DO SENADO FEDERAL, Brasília, 2016.

GIL, A Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. **Tributação e distribuição da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações tributárias das pessoas físicas**. IPC-IG Working paper. n. 136. Brasília, International Policy Centre for Inclusive Growth, fev. 2016.

GIUNGATO, Pasquale. **ew Current Trends in Sustainability of Bitcoins and Related Blockchain Technology**, in Sustainability Magazine 2017, 9.

GUPTA, M. **Blockchain for Dummies IBM Limited Edition**. 1. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc., 2017. 51p.

HAYEK, Friedrich August. **Desestatização do dinheiro: uma análise da teoria prática das moedas simultâneas**. Tradução: Heloísa Gonçalves Barbosa. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011. 166 p.

JUNQUEIRA, Murilo de Oliveira. **O nó da reforma tributária no Brasil (1995-2008)**. Rev. bras. Ci. Soc. [on-line], v.30, n. 89, p. 93-113. 2015.

LISBOA, M. B. & S. PESSOA (2013): **“Uma História de dois Países, por enquanto”**; Insper Policy Papers.

MEYRELLES FILHO, Sérgio Fornazier; ARTHMAR, Rogério. **Moeda, Liquidez e Poupança Forçada na Economia Clássica**. Revista Análise Econômica, ano 29, nº 56, p. 153-177, setembro, 2011, Porto Alegre, UFRGS.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. **Princípios de Economia**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 670 p.

ORAIR, R.;SIQUEIRA, F.; GOBETTI, S. (2016). **Política Fiscal e Ciclo Econômico: uma análise baseada em multiplicadores do gasto público**. Brasília, XXI Prêmio Tesouro Nacional 2016 (2º lugar).

PAULA, L. F.; MODENESI, A.; PIRES, M. C. C. **The tale of the contagion of two crises and policy responses in Brazil: a case of (Keynesian) policy coordination**. Journal of Post Keynesian Economics, v.37, n.3, p.408-35, 2015.

PRATES, D. M.; PAULA, L. F. **Capital account regulation in Brazil: an assessment of the 2009-2013 period**. Brazilian Journal of Political Economy, v.37, n.1, p.8-129, 2017.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI. Trad. Monica Baumgarten de Bolle**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013. e-book.

SAPER, Natan. **International Cryptography Regulation and the Global Information Economy**. Northwestern Journal of Technology and Intellectual Property. p. 673, 2013.

SILVA, R. S. **O Imposto de Renda Pessoa Física e o Princípio da Capacidade Contributiva como Instrumento de Justiça Social e Tributária**. Rio Branco: Edufac, 2013.

SILVA, Daniel Neves. **Governo Lula (2003-2011)**. Brasil Escola. Disponível em [//brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-lula-da-silva.htm](http://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-lula-da-silva.htm). Acesso em 11 de maio de 2023.

SOUZA, JR. J. R. de C. et al. **Atividade econômica: revisão das previsões de crescimento 2020/2021**. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ULRICH, Fernando. **Bitcoin – A Moeda na Era Digital**, São Paulo: Instituto Von Mises Brasil. 1ª Ed. 2014.

WEGNER, F. Henrique. **Democracia digital: Revolucionando a prática democrática por meio da tecnologia da Informação**. 2014. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso - IFSC, Florianópolis, 2014.